

Os desafios da integração regional – o caso do Mercosul

Henrique Rattner¹

Introdução

Os países latino-americanos são retardatários (*late-comers*) no processo de construção de sociedades civis estáveis e democráticas. Até bem recentemente – o início da década de 80 – em sua maioria foram governados por regimes militares ou civis autoritários.

Da mesma forma, a aspiração surgida tardiamente para a construção de um Estado nacional forte, baseado em suas forças armadas, diplomacia e moeda nacional, defendendo a soberania, está sendo crescentemente questionada nesta era de globalização e de integração econômica, através de mercados comuns regionais.

O Mercosul, na onda dos avanços da União Européia e do NAFTA, representa a mais recente tentativa de integração regional no subcontinente sul-americano. Foi precedido, desde os anos 60, pela ALALC, ALADI, Pacto Andino, o Mercado Centro-americano e vários outros acordos de cooperação bilateral entre diferentes países. Uma análise retrospectiva dos obstáculos encontrados no caminho da integração aponta para o enfoque excessivamente econômico-financeiro e comercial da problemática do subcontinente.

A proposta alternativa procura romper os estreitos limites da visão economicista, incorporando, através de uma abordagem interdisciplinar, as dimensões políticas e culturais do processo de integração, dedicando atenção especial à participação dos diferentes atores sociais, em âmbito nacional e regional – seus interesses, aspirações e visões de mundo, contraditórios e frequentemente conflitivos.

A incapacidade de superar as tensões e conflitos no nível nacional projeta e potencializa as contradições no âmbito regional. Se não for possível vencer o desafio das desigualdades sociais, setoriais e regionais internas de cada país, as dificuldades e os problemas tenderão a aumentar, com a ocupação dos espaços econômico-financeiros pelas grandes corporações, ocasionando a exclusão dos pobres e desprivilegiados.

¹ Professor – ABIDL e FEA/USP.

A integração em sua dimensão cultural

O grande desafio de todos os processos de integração propellidos pela tendência da globalização das atividades econômicas é a reafirmação e o fortalecimento da identidade cultural própria que relaciona o indivíduo à sua comunidade de origem, às tradições, valores e ao conjunto de aspectos simbólicos que conferem sentido e significado à vida.

Os debates em torno da Agenda 21, por ocasião das sucessivas conferências convocadas pelas Nações Unidas, têm destacado a importância ímpar da diversidade cultural como um dos critérios da sustentabilidade. Ao papel da cultura como um mecanismo adaptativo em um mundo em constante transformação deve-se acrescentar essa função primordial do desenvolvimento da personalidade dos indivíduos, na busca de sua identidade e seu destino, a partir do conhecimento das próprias raízes.

Contrariamente às previsões dos **cientistas** sociais, no pós-guerra, o preconizado cadinho (o *melting pot*) de raças, etnias e culturas não aconteceu. Assiste-se no mundo todo a um renascimento e à reafirmação de culturas tradicionais, à busca de suas raízes através do resgate das tradições, do idioma, do folclore, dos mitos e símbolos do passado. Constituiria essa tendência um obstáculo intransponível no caminho da integração dos povos latino-americanos, particularmente os do Mercosul?

Diferentemente dos países da União Européia, onde a integração deparou com uma multiplicidade de idiomas e culturas diversas, aguçada por conflitos políticos e culturais ao longo da história secular, a América Latina, apesar de matrizes de diversidade entre as raízes hispânicas e lusitanas, parece apresentar um quadro bem mais favorável a uma política de integração que busque a unidade respeitando a diversidade.

A América Latina absorveu as correntes ibéricas, africanas e indígenas durante os últimos séculos, sem conseguir imprimir ao processo uma consciência de identidade e de destino histórico e cultural comum. Seguindo as linhas da estratificação social, as classes economicamente privilegiadas e politicamente hegemônicas pautam seus padrões de comportamento e consumo de acordo com os prevaletentes nas sociedades técnica e industrialmente mais avançadas. O mimetismo cultural das elites perpassa todas as esferas da vida social, generalizando o “efeito-demonstração” no consumo e no lazer das classes populares.

A difusão de padrões culturais alienígenas é fortemente estimulada pela onda de inovações tecnológicas nos meios de comunicação de massa, como a TV, o rádio e a indústria cinematográfica.

A influência dominante de tecnologias desenvolvidas no exterior nos sistemas de produção, consumo e lazer, determina uma configuração de políticas de educação e de formação de recursos humanos, fortemente influenciadas pelos modelos alienígenas.

O enaltecimento da cultura estrangeira vem implantar-se sobre uma situação de grande diversidade física e geográfica do subcontinente, com grupos étnicos e sociais heterogêneos, dentro de cada um dos países da região e entre eles. As migrações rural-urbanas, a industrialização e a maior estratificação econômica e cultural decorrente tornaram a situação de pré-integração mais complexa e contraditória. Eventuais rivalidades econômicas e interesses geopolíticos das elites agravam os antagonismos. Uma das consequências mais desastrosas foi a corrida armamentista, particularmente durante o período de regimes militares ou ditatoriais, acompanhada por uma busca de associação mais estreita com as superpotências ou blocos hegemônicos (Estados Unidos, ex-União Soviética, Japão, União Européia).

Os vínculos isolados de cada um dos países com os centros econômicos e culturalmente hegemônicos complicam e dificultam o relacionamento entre eles, condicionando uma posição e inserção internacional periférica. A importação e assimilação de módulos de produção e consumo materiais e simbólicos resultam em efeitos desintegradores das expressões culturais autóctones, constantemente desfiguradas e agravadas pela ausência de uma política cultural nacional, atuando como contrapeso à discriminação e ao preconceito mais ou menos velados contra os negros e povos indígenas.

Caberia à Universidade atuar não somente como repositório dos legados culturais das diferentes correntes que povoam o subcontinente latino-americano e que devem tornar-se patrimônio de toda a humanidade. A formulação e implantação de políticas culturais que possibilitem o resgate da herança histórica e, através dela, os processos de identificação com um espaço cultural histórico comum constituirão a base e as condições para uma aproximação e maior integração regional.

Os instrumentos prediletos de uma integração cultural seriam a coordenação dos sistemas educacionais, a cooperação nas áreas de pesquisa científica e o desenvolvimento tecnológico, acompanhados pela preparação

de material didático e audiovisual. Incontestavelmente, a política cultural a ser desenvolvida no espaço latino-americano pode tornar-se um fator básico do processo de integração.

Não se trata apenas de resgatar a memória através da coleta, classificação, análise e interpretação das diversas manifestações do gênio humano de todas as épocas históricas e espaços geográficos. A própria atividade de manter vivas as tradições, transmitindo às gerações de estudantes e à população em geral os aportes e os valores de cada corrente cultural civilizatória, consiste em fator fundamental de preservação do patrimônio cultural da humanidade, contribuindo para o enriquecimento de culturas nacionais, para o entendimento mútuo entre os povos, e assim, para a sustentabilidade das sociedades latino-americanas.

A dimensão política da integração do Mercosul

Em todas as propostas de integração da América Latina, formuladas durante as últimas décadas, foram privilegiadas as questões econômicas, particularmente as relacionadas com o comércio entre os países parceiros. Desde a criação da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) os estudos e análises têm-se centrado nas potencialidades do mercado integrado, nos níveis de proteção alfandegária e na estrutura e fluxos do comércio internacional.

Neste sentido, as políticas de integração têm sido formuladas e implantadas a reboque e em estreita dependência das políticas econômicas internas, especialmente dos maiores países do Mercosul, Argentina e Brasil. No período de ISI (Industrialização por Substituição das Importações), as necessidades de integração foram praticamente ignoradas, enquanto no período posterior, de EOI (Industrialização Orientada para a Exportação) buscavam-se mercados mais amplos e a promoção de exportações não-tradicionais, preferencialmente no âmbito regional, ressuscitando e fortalecendo os planos, mecanismos e normas da integração.

Esta abordagem exige uma análise de variáveis políticas e dos fatores contextuais que condicionam a forma e o conteúdo das políticas nacionais em face dos desafios da integração. Um fator de importância central é a natureza do regime vigente nos países parceiros. Certamente, não é por acaso que a União Européia avançou a largos passos por serem seus países-membros

governados por regimes democráticos, obedecendo à legalidade constitucional. Ditaduras militares e regimes autoritários, com sua retórica de segurança nacional e suas ideologias que ressaltam a importância e o papel das forças armadas na proteção das fronteiras nacionais, dificilmente seguirão políticas de integração democráticas. Por outro lado, um regime fortemente democrático não garante uma política ativa de integração devido à existência de interesses econômicos locais ou regionais, fortemente imbuídos de poderes e valores tradicionais.

As alianças e relações políticas internacionais, particularmente a formação de blocos de comércio regionais (NAFTA, União Européia) do tipo ALCA, proposta pelos Estados Unidos, tendem a pesar nas decisões dos respectivos governos nacionais, submetidos às pressões externas e internas, emanadas dos diferentes grupos de interesse (agricultores, industriais, sindicatos etc.), lutando para defender a seu quinhão.

Nenhum programa de integração poderia avançar sem a formação de atitudes e valores de cooperação e solidariedade que levem à percepção de um destino comum, neste cenário conturbado de fim de século e de milênio. O nacionalismo exacerbado, levando a um isolamento cultural e econômico e à ênfase exagerada na importância de fronteiras geográficas e sua proteção militar nesta era de relações econômicas e meios de comunicação globais, só pode ser superado por políticas internas e externas comprometidas com o processo de integração.

A valorização do espaço e dos projetos regionais dentro de uma visão e orientação de políticas internacionais deve emanar dos próprios poderes constituídos, o Executivo e o Legislativo. A importância atribuída às relações econômicas com os países vizinhos (incrementação de importações e exportações) não deve resultar em relegar os projetos de desenvolvimento regionais em território nacional a um segundo plano. Uma integração em escala regional e internacional só seria sustentável quando resultar em aproveitamento e valorização de recursos materiais e humanos nacionais, em nível local e microrregional.

Entretanto, o que se tem verificado nos casos de projetos de integração regional na América Latina é um baixo grau de comprometimento com a idéia e os requisitos do processo. A política industrial, quando formulada em âmbito nacional, segue os padrões de substituição das importações e eventuais propostas de interesse regional não ocupam posição prioritária nas pautas da política exterior. Iniciativas de cooperação regional

são raras e, quanto à elaboração de posições e propostas comuns em fóruns internacionais, estas são praticamente inexistentes.

Para aprofundar a análise dessas atitudes e comportamentos contraditórios e opostos à retórica oficial, torna-se necessário estudar os interesses, posições, valores e estruturas cognitivas dos diferentes setores sociais intervenientes no processo de integração: diversos segmentos do aparelho governamental (Executivo, Legislativo, diplomacia, militares), os setores empresariais, os partidos políticos, os sindicatos dos trabalhadores, as universidades e as organizações não-governamentais. A postura dos governos é via de regra ambivalente e oscila em função das pressões que recebe dos diversos setores da sociedade, empenhados a defender seus interesses contra os eventuais prejuízos advindos de uma política de abertura de mercado.

Compatibilizar esses interesses contraditórios e manter diretrizes visando ao crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) pode revelar-se uma tarefa extremamente delicada e complexa, cujo fracasso resultará em perda de credibilidade e até de legitimidade das políticas públicas.

A força dinâmica e mais atuante do processo de integração é constituída pelas grandes empresas (por exemplo, as montadoras da indústria automobilística) que buscam economias de escala e acesso protegidos por tarifas que excluam competidores externos, em mercados praticamente cativos. As pequenas e médias empresas são os grandes perdedores da integração, pela incapacidade estrutural e funcional-financeira de adaptar-se a tempo às novas regras de jogo do mercado. A inexistência de canais de comunicação e operantes entre os segmentos diretamente atingidos e o sistema político (partidos, Legislativo, mídia) se reflete em passividade ou apatia da opinião pública.

Os partidos políticos, geralmente organizados em função de forças caudilhescas ou interesses personalistas, com exceção dos agrupamentos de esquerda pressionados pelos sindicatos, têm dado pouca atenção à problemática de integração. Assim, os principais porta-vozes e forças militantes em prol da integração são os representantes do grande capital industrial e financeiro, contando com o apoio vacilante da tecnoburocracia diplomática e militar, presa em parte às idéias de soberania e segurança nacional, mas também influenciada pelas correntes ideológicas pré-integração, inspiradas nos avanços do NAFTA e da União Européia.

No campo acadêmico e universitário, a preocupação com os desafios econômicos, políticos e culturais da integração regional tem resultado na

criação de cursos e disciplinas oferecidas em nível de pós-graduação em projetos de pesquisa e de intercâmbio internacionais entre os centros de ensino e pesquisa mais desenvolvidos. Contudo, em função de problemas estruturais e grandes disparidades regionais na dotação de recursos para o sistema universitário, dentro de cada país, a tentativa da integração regional fica restrita a uma elite sediada em algumas poucas universidades nos grandes centros urbanos.

Problemas de integração econômica

A desigualdade do potencial econômico entre os parceiros do Mercosul aparece inicialmente nas diferenças entre área, população e geração de riquezas de cada um dos países. A dotação diferencial em recursos naturais, produtivos e humanos se reflete em níveis de renda, poupança e investimentos insuficientes, agravados pela distribuição “injusta” do produto nacional.

A apropriação da maior parcela do excedente pelo capital e o Estado mantém os níveis de consumo abaixo do mínimo para dinamizar e expandir o mercado interno. Alternadamente, a inflação e as altas taxas de juros constituem-se em poderosos fatores de fuga ou entesouramento de capitais. A baixa capacidade de investimento interno leva os governos a apostarem no ingresso de capitais estrangeiros, seguindo as diretrizes do Fundo Monetário Internacional, inclusive no que diz respeito às privatizações de empresas estatais. Os resultados dessa política são, no mínimo, duvidosos.

Após a euforia inicial, verifica-se que a dívida interna continuará a aumentar até alcançar níveis em que seu serviço (juros) constitui o efeito retroalimentador do endividamento, da recessão e do desemprego crescentes. Procurando equilibrar o orçamento fiscal ou pelo menos reduzir o déficit, os governos se vêem forçados a implantar políticas de contenção e corte de gastos, geralmente nas áreas sociais (educação, saúde, habitação etc.) e nos investimentos em infra-estrutura (energia, comunicações, transporte etc.). A recessão inevitável, além de causar incontáveis sofrimentos aos que de menos recursos dispõem para defender-se, afugenta também os potenciais investidores externos, ficando apenas o capital volátil e especulador, atraído pelas altas taxas de juros, mas atento ao menor sinal de crise ou dificuldades

para retirar seus ativos e transferi-los, agravando assim a crise financeira ou cambial do país.

As crises financeiras e as desvalorizações sucessivas das moedas nacionais, no México (1994), na Tailândia, Indonésia, Coréia do Sul, Rússia e, mais recentemente, no Brasil (1999), constituem provas cabais de estratégias de desenvolvimento inadequadas ou, pior, que vão na contramão da história.

As distorções introduzidas, seja pela inflação, seja pela desvalorização cambial, afetam profundamente as possibilidades de incremento do comércio, a médio e a longo prazo. Da mesma forma, a eventual redução das taxas alfandegárias torna-se insustentável, quando afeta as empresas industriais e agrícolas menos eficientes e competitivas. O aumento de exportações de produtos de tecnologia mais avançada (automóveis, máquina-ferramenta etc.) não compensa automaticamente as perdas decorrentes do fechamento de pequenas e médias empresas, produtoras de bens de consumo leve (calçados, roupas, alimentos etc.), aumentando o nível de desemprego aberto e de subemprego (mercado informal).

As vantagens comparativas tradicionais (baixo custo de mão-de-obra, energia e matérias-primas abundantes e baratas) perdem peso e importância no contexto da internacionalização da economia, com base em tecnologia de ponta. O capital estrangeiro, quando faz sua prospecção de locais de novos investimentos, dá preferência aos países que oferecem boa infra-estrutura de comunicação e transporte, mão-de-obra e serviços de suporte qualificados, estabilidade econômica e política e, sobretudo, credibilidade dos governos e de suas respectivas políticas. Efetivamente, as estatísticas demonstram que os fluxos de investimento estrangeiro se dirigem nos últimos anos, em sua maioria, aos países desenvolvidos, ficando em margem relativamente estreita para as economias “emergentes”, das quais a China abocanha a maior parcela, seguida de Brasil e México. O resto da América Latina, África e Ásia – os países mais carentes e necessitados, forçados a seguir as prescrições do FMI – são transformados em exportadores de capitais!

Se acrescentarmos a superposição e não-complementaridade de vários setores industriais, as distâncias que elevam os custos de transporte de mercadorias e *commodities*, as resistências de vários setores econômicos em introduzir medidas de racionalização e de aumento de produtividade, que pudessem facilitar e acelerar sua inserção na economia internacional e, por

fim, mas não menos importante, a queda contínua dos preços de exportação da região (cobre, estanho, aço, café, açúcar etc.), configura-se um quadro nada animador para o futuro da integração econômica da América Latina e, particularmente, dos países do Mercosul. Os requisitos de elevar a eficiência e competitividade das empresas, aproveitando as transformações, introduzidas pelas inovações tecnológicas, esbarram na incapacidade ou impotência dos governos de formularem e implantarem uma nova divisão de trabalho regional. Seu reduzido poder decisório em face dos interesses e estratégias das grandes corporações torna problemático o êxito de um processo de integração em benefício dos povos da região.

À guisa de um cenário prospectivo

Após mais de três décadas de propostas e projetos de integração e apesar de alguns avanços do Mercosul, na segunda metade dos anos 90, é mister reconhecer as dificuldades e os obstáculos que se levam para a concretização do sonho de Simón Bolívar no cone sul do subcontinente.

Na inexistência de uma visão globalizante capaz de definir um posicionamento internacional para a região, as poucas iniciativas têm se registrado aos aspectos comerciais da integração, sem desencadear um debate mais amplo das dimensões culturais e políticas da associação em um bloco regional. Em consequência, a meta de uma união aduaneira com os países vizinhos, seguida de avanços programados na integração econômica, cultural e política, não chegou a penetrar na consciência coletiva e, muito menos, a empolgar a opinião pública das respectivas populações.

As raízes desta situação aparentemente paradoxal devem ser localizadas em fatores internos e externos, estruturais e conjunturais, configurados ao longo de uma evolução secular e potencializados nesta segunda metade do século XX. Numa retrospectiva histórica, é possível caracterizar as sociedades latino-americanas como passando por um contínuo processo de transição, sem transformações significativas. A independência da metrópole colonizadora foi conquistada sem a participação do povo, profundamente marcado pelo sistema escravocrata. Consequentemente a tarefa histórica de construção de um Estado moderno não foi completada, devido à ausência de uma sociedade civil mobilizada e politicamente motivada. A industrialização no começo do século XX não afetou

significativamente a estrutura social existente, no sentido de transformá-la em uma sociedade democrática e pluralista.

A ausência de unidade nacional devido às grandes disparidades regionais e sociais continua a emperrar o caminho das reformas e da democratização. O Poder Legislativo, representante de um sistema partidário altamente viciado, procura defender prioritariamente seus próprios interesses, ligados a feudos e currais, deixando pouco espaço a entendimentos visando à construção de um consenso nacional. Quando os diversos setores sociais disputam vantagens imediatas e a qualquer custo, inviabilizam-se o processo democrático e a política de desenvolvimento em seu conjunto, por debilitarem as condições da governabilidade democrática. A governabilidade funciona quando as relações entre os diferentes setores e grupos de interesse estão razoavelmente equilibradas, permitindo ao Estado cumprir a tarefa de alocar dentro de um consenso amplo e negociado, os sempre escassos recursos orçamentais.

O contexto internacional, com seus reflexos nos respectivos cenários nacionais, desperta temor e dúvidas quanto ao acerto das decisões dos governantes. Parece impossível compatibilizar políticas que visem atender os clamores dos credores e bancos internacionais e aquelas que procurem conquistar a confiança da população, que espera por medidas e programas desenvolvimentistas nas áreas econômica e social. Premidos entre a austeridade imposta (altas taxas de juros, superávit fiscal e contenção de gastos sociais) e o clamor por “desenvolvimento” (investimentos, empregos e bem estar-social), os governos seguem as diretrizes impostas de fora.

Estreitando-se os limites de competência, poder e capacidade de intervenção planejada do Estado na alocação de recursos materiais e simbólicos, verifica-se a deterioração da legitimidade do poder público, incapaz de prover as necessidades básicas da maioria da população e sem poder de imprimir novos rumos às políticas macroeconômicas.

A guerra fiscal travada entre os estados da Federação e até entre municípios, procurando atrair investimentos fortemente subsidiados e beneficiados por generosas isenções de impostos e tributos, constitui uma demonstração cabal da **insustentabilidade** do modelo atual. A irracionalidade da política econômica que procura atrair as montadoras para instalar novas fábricas fica patente quando se analisa o mercado mundial saturado, os pátios das montadoras abarrotados de veículos e as demissões em massa de operários pelas fábricas da indústria automobilística.

Inevitavelmente, os problemas e dificuldades econômicas e políticas internos repercutem profundamente nas relações com os parceiros do Mercosul, ameaçando anular os modestos ganhos logrados nos últimos anos através da incrementação das trocas comerciais.

O colapso da moeda brasileira no começo deste ano complicou muito a situação e as perspectivas do Mercosul. A retratação da economia brasileira, em consequência da taxa de juros de 40% ao ano, combinada com a forte redução dos gastos governamentais, afetam seu comércio internacional e, com muito mais intensidade, as trocas com os parceiros do Mercosul. Reduzindo suas importações para conseguir equilibrar a balança comercial, enquanto tenta desesperadamente aumentar as exportações, o Brasil exporta sua crise para os países vizinhos, com os quais criou lagos de interdependência. O problema tornou-se particularmente agudo para a Argentina, cuja moeda é atrelada ao dólar, tornando os produtos brasileiros, após a desvalorização do real, extremamente competitivos. Um aprofundamento e o prolongamento da crise brasileira podem colocar em risco os entendimentos penosamente construídos nos últimos anos, reforçando um clima de desconfiança e rivalidade latente. As juras de amizade e os apelos ao espírito de colaboração não conseguem ocultar os fatos crus: a perda de poder de compra do real tem afetado violentamente a produção e exportação de carros argentinos. As montadoras se viram forçadas a cortar a produção e demitir em massa seus operários. Da mesma forma, as indústrias de aço e de papel argentinas sofreram um abalo com a crise brasileira.

Como fator complicador externo, deve-se acrescentar a onda crescente de protecionismo da União Européia e dos Estados Unidos, ilustrada pela tarifa de até 71% imposta ao aço importado do Brasil, sob a alegação de *dumping* (venda por preço inferior ao custo de produção). Efetivamente, e cada vez mais distantes do ideal de um mercado aberto e “globalizado”, tanto a Europa quanto os Estados Unidos e o Japão estão aumentando as suas barreiras comerciais.

Enquanto nos últimos dez anos as importações de produtos europeus no Mercosul aumentaram em 274%, a Europa elevou suas compras na região em apenas 25%. A crise persistente das sociedades “emergentes” (com exceção da China), afligidas pela desvalorização das moedas nacionais, queda da produção industrial e das exportações, desemprego em massa e instabilidade política, torna as normas da OMC – Organização Mundial do

Comércio – inoperantes. As políticas de *dumping* e de barreiras protecionistas tendem a aumentar, enquanto os conglomerados e as empresas transnacionais fortalecem suas posições em mercados cativos – os chamados blocos ou espaços econômicos “integrados”, sob seu comando.

É neste sentido que deve ser analisada a recente investida dos Estados Unidos, procurando acelerar a constituição da ALCA – Associação de Livre Comércio das Américas – englobando os 34 países do hemisfério (exceto Cuba) em um imenso mercado cativo e dependente do capital norte-americano. Diante das dificuldades crescentes de acesso aos mercados da União Européia e do Japão em face da inadimplência do “resto do mundo”, a ALCA constituiria uma tábua de salvação, é verdade, precária e temporária, para a sobrevivência do capitalismo norte-americano, ainda às custas do Mercosul, Pacto Andino e outras associações regionais.

Bibliografia

- ARIENAS, Nelly. Globalización e identidad latinoamericana. *Nueva Sociedad*, n. 147, 1997.
- BID/INTAL. *La integración de América Latina en la etapa actual*. Santiago, Chile, 1998.
- BRANDÃO, Maria (Org.). *América Latina – Identidade e transformação*. Salvador, Brasil: OEA/UFBA, 1998.
- CARO, Isaac. Medidas de confianza mutua en América Latina. *Nueva Sociedad*, n. 132, 1994.
- CASTRO, M. I. Portella de. Mercosur, mercado de trabajo y desafíos para una acción sindical. *Nueva Sociedad*, n. 143, 1996.
- CEPAL. La cumbre social. Una visión desde América Latina y el Caribe. *Nueva Sociedad*, n. 136, 1995.
- CLAEH – Centro Latinoamericano de Economía Humana. *Participación de la sociedad civil en los procesos de integración*. Seminário, Montevideo, Uruguai, 1998.
- DREKONJA, Gerhard. Más allá de la autonomía periférica. *Nueva Sociedad*, n. 137, 1995.
- ESPINO, Alma (Org.). *Mercosul – los desafíos de la integración*. Red de apoyo a organizaciones sociales del Mercosur. Montevideo: CIEDUR, 1998.

- FARIA, J.A. Estrella. *O Mercosul; principios, finalidades e alcance do tratado de Assunção*. Brasília, DF: Min. de Rel. Exteriores, 1993.
- FUENTES HERNANDEZ, A. Interpretación e desarrollo de América Latina en el decenio 1990. *Revista Integración Latinoamericana*, Buenos Aires, n. 148, 1998.
- FUNDAÇÃO K. ADERNAUER. Política ambiental no Mercosul e as experiências da integração européia. *Debates*, São Paulo, n. 8, 1995.
- GODOY URZUA, H. La integración cultural de America Latina. *Revista Latinoamericana*, Chile, n. 149/150, 1989.
- GRACIARENA, Jorge. Representaciones sociales y transiciones políticas. In: BRANDÃO, Maria (Org.). *América Latina – Identidade e transformação*. Salvador, Brasil: OEA/UFBA, 1998.
- HIRST, Mônica. La dimensión política del Mercosur; actores, politización y ideologías. *Nueva Sociedad*, n. 146, 1996.
- ORTIZ, Renato. Digressão; cultura, cidadania e política. In: ORTIZ, R. *Um outro, território*. São Paulo: Editora Olho d'Água, 1995.
- SERBIN, Andrés. Globalización y sociedad civil en los procesos de integración. *Nueva Sociedad*, n. 147, 1997.
- SILVA, Patricio. Ascenso tecnocrático y democracia en América Latina. *Nueva Sociedad*, n. 152, 1997.